



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

SLN propõe venda faseada do negócio dos seguros

FACE AOS RECEIOS dos interessados na compra, uma operação por etapas é a alternativa proposta.

Maria Ana Barroso
mabarroso@economicasgps.com

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN) propôs aos interessados na compra da Real Seguros a possibilidade de fazerem uma aquisição parcial, apurou o Diário Económico junto de fonte do grupo. Objectivo: responder aos receios dos interessados que temiam avançar para uma compra total, dadas as irregularidades que têm vindo a ser detectadas no grupo SLN.

A modalidade "earn out", utilizada em processos de fusão e aquisição, pressupõe um contrato que contempla uma aquisição parcial, ficando a compra do restante capital condicionada ao cumprimento de determinados pressupostos. Neste caso, será preciso garantir que os pressupostos da compra – como a avaliação dos activos, responsabilidades e balanço da seguradora – se mantêm e que não surgem surpresas posteriores. A proposta foi feita aos interessados ainda no ano passado.

A ocultação de informação e a contabilização incorrecta de que é suspeita a SLN – em processos como os que estão a decorrer no Banco de Portugal e Ministério Público – foram mesmo um dos grandes responsáveis pela nacionalização do BPN. E deram origem a imparidades que, no BPN, são já de 1,8 mil milhões de euros.

Como forma de desbloquear o processo de venda da Real Seguros, a administração pôs então esta alternativa em cima da mesa. A possibilidade de entrada parcial tem ainda outra vantagem. Permite que o novo accionista tenha acesso à administração e, com isso,

A hipótese de venda da Real Seguros mantém-se sobre a mesa. E tudo dependerá do que decidir a nova gestão.

possa passar a estar completamente a par da realidade da empresa.

Por outro lado, e caso o novo presidente mantenha a intenção de vender a companhia, o encerramento das contas de 2008 ajudará também a precipitar a operação. Não só porque permitirá uma radiografia actualizada da seguradora, como porque serão contas já aprovadas por equipas de gestão posteriores às do período de Oliveira Costa.

Os interessados à Real Seguros, companhia Não Vida do grupo SLN, continuam a ser os mesmos. O Banif, através da Açoreana, o Montepio Geral e um investidor espanhol.

Real Vida sem interessados

A hipótese de uma venda em conjunto da Real Seguros, companhia Não Vida, com a Real Vida Seguros ficou afastada.

Com a nacionalização do BPN, que passou a Real Vida para o universo do Estado, era intenção da nova equipa do banco e da gestão da SLN trabalhar em conjunto para a venda em bloco das duas companhias, tal como inicialmente previsto. No entanto, explicou fonte do grupo ao Diário Económico, a hipótese "foi posta de parte" já que nenhum dos interessados mantém vontade de comprar a parte Vida.

A intenção da administração cessante era de concluir o processo de venda dos seguros ainda em Fevereiro. Tudo dependerá, no entanto, de qual será agora a política para o grupo do novo presidente do grupo, Fernando Lima. ■

Fernando Lima,
novo presidente do grupo SLN





Operações 'offshore'. Ex-director do banco revela

Ordens no BPN para usar Insular vinham "de cima"

Ricardo Pinheiro confirma "centenas de movimentos" entre bancos, desde 2002

As operações efectuadas entre o Banco Português de Negócios (BPN) e o Banco Insular eram ordenadas pela "hierarquia" superior do BPN, tendo-se registado "várias centenas de movimentos" entre as duas instituições, desde 2002, confirmou ontem à Lusa Ricardo Pinheiro.

Este ex-director de Operações do BPN, que deixou o banco em 2007 e se encontra a trabalhar em Angola, no Banco Sol, confirmou ter dado ordens a António José Duarte, então na direcção de Operações e posteriormente assessor da administração do BPN, sobre o Banco Insular, ordens essas que vinham de superiores hierárquicos. Na terça-feira, na sua audição na comissão parlamentar de inquérito ao BPN, António Duarte revelava a existência de movimentos entre os dois bancos, existindo conhecimento "soberano" sobre tal.

Ricardo Pinheiro adiantou que conheceu o Banco Insular em 2002 (tal como tinha dito António Duarte), tendo "assumido como um facto" que o banco de Cabo Verde pertencia ao universo BPN/Sociedade Lusa de Negócios (SLN), "adquirido no pacote de compras da Fincor".

"Se formalmente ele pertence ao BPN, eu também nunca vi documentação que o provasse. Internamente sempre o vimos como um banco da SLN ou do BPN, nunca tive dúvidas sobre isso", refere o ex-director de Operações do BPN.

Ricardo Pinheiro contou ainda que entrou para o BPN em 1999, com António Franco, com quem esteve na Direcção de Operações, até este último ter ascendido à administração do BPN, em 2005. Nessa altura - António Franco só deixaria de ser administrador em Fevereiro de 2006 - Ricardo Pinheiro assumiu o cargo de



No BPN, a existência do Insular era conhecida desde 2002

Existência assumida

A titularidade do Banco Insular só foi assumida pelos ex-administradores da SLN Karim Vakil, perante uma questão colocada pelo Banco de Portugal, e Miguel Cadilhe. A actual administração do BPN, liderada por Francisco Bandeira, vice-presidente da CGD, declarou, por seu lado, que "formalmente o Banco Insular" não lhes pertence, apesar de assumirem as suas perdas.

director de Operações.

Este ex-quadro do BPN, que vai ser igualmente ouvido na comissão parlamentar de inquérito, disse ter avisado alguns accionistas da SLN, em inícios de 2007, sobre operações em *offshores* não reveladas nas contas e que estes pareciam saber do banco nessa altura. "Eu tive duas conversas curtas com os accionistas. Quando se falou de algumas situações e do Banco Insular de uma forma genérica, ninguém me perguntou se era ou não era (do BPN/SLN)", recordou. ■ - P.C., com Lusa



BPN

Ordens "de cima"

O ex-director de operações do BPN, Ricardo Pinheiro, de quem o ex-assessor da administração do banco António Duarte disse ter recebido ordens sobre o Banco Insular, confirma ter ordenado as operações desde 2002, mas ressalvou que estas também lhe vinham de cima, da "hierarquia". À Lusa a partir de Angola, onde trabalha no Banco Sol, Pinheiro confirmou ter dado essas ordens, que – ressalvou – lhe chegavam de cima, "da hierarquia".

"Havia uma hierarquia, as instruções vinham da administração e passavam. Na altura, o António Duarte trabalhava nas operações, da mesma forma que eu recebia as instruções passava-as às pessoas que trabalhavam comigo", declarou Ricardo Pinheiro, também ele um dos antigos quadros do BPN, que pelo menos o CDS-PP quer ouvir na comissão de inquérito ao banco. ■



BPN ■ BIOMETRICS DEU UM PREJUÍZO DE 38 MILHÕES DE EUROS

Loureiro assinou negócio

■ O nome do conselheiro de Estado está no contrato com a empresa de Porto Rico

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

O ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e actual conselheiro de Estado, Manuel Dias Loureiro, acompanhou de perto o negócio que a SLN fez com duas empresas sediadas em Porto Rico – a Biometrics e a Nova Tech – e que gerou um prejuízo da ordem dos 38 milhões de euros. A assinatura de Dias Loureiro consta em vários documentos que titulam o negócio, nomeadamente naquele que dá por finda a negociação com as ditas empresas, cujos activos se resumiam a um escritório alugado em San Juan de Porto Rico, divulgou o semanário 'Expresso'.

Esta transacção foi ruínoza para a SLN e para o Banco Português de Negócios (BPN), vindo a aumentar as imparidades (crédito de cobrança duvidosa) na carteira daquela instituição de crédito, que somam já 1,8 mil milhões de euros.

O negócio de Porto Rico tinha por objectivo terminar com o monopólio da Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS) na área dos pagamentos electrónicos através da rede multibanco. O BPN chegou a criar uma rede alternativa ao multibanco, a Netpay, que teve

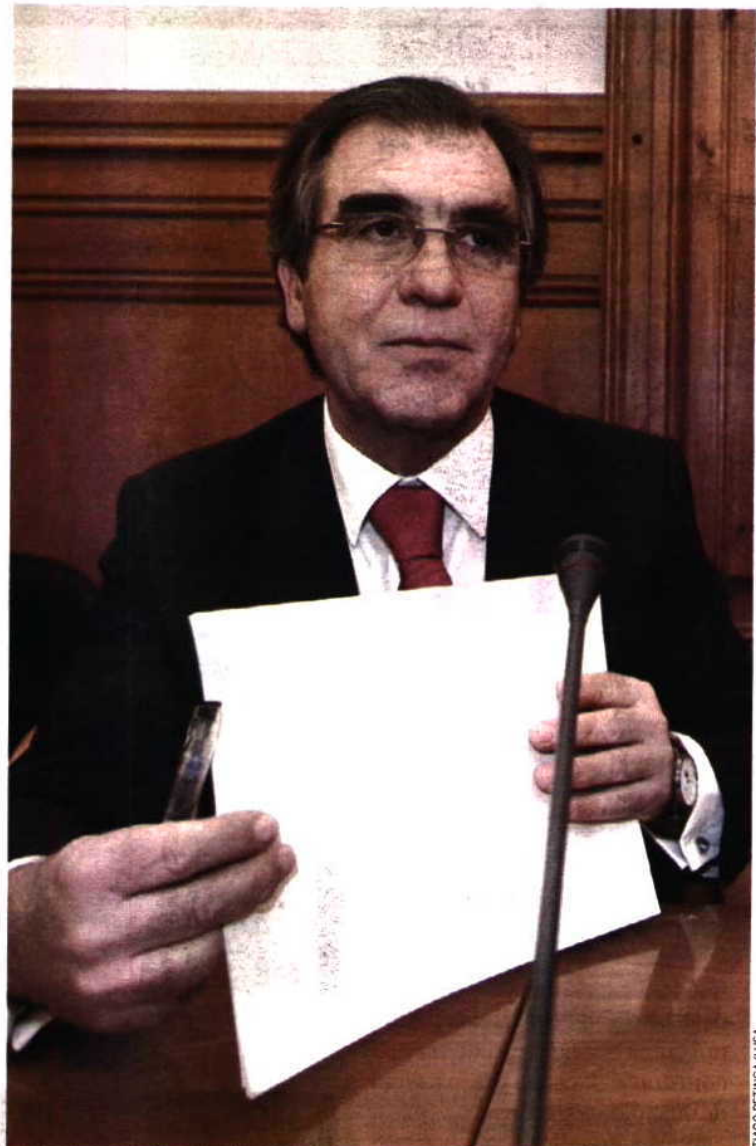
✚ PORMENORES

● **ANTIBRANQUEAMENTO**
A Datacomp desenvolvia uma série de soluções de software, entre as quais um programa de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e outro anti-fraude no sistema financeiro.

● **SEAC BANCHE**
A SEAC Banche é uma empresa de base tecnológica de direito italiano, sediada em Florença. A posição accionista da SLN Novas Tecnologias foi adquirida em Dezembro de 2000, através da Datacomp.

● **NLS COM 8 MILHÕES**
Outra das empresas de base tecnológica do Grupo SLN é a NLS. Desenvolve a actividade de consultoria de sistemas de informação e, segundo os valores do relatório e contas de 2007, tem um volume de negócios da ordem dos 8,4 milhões de euros.

● **MÁ VONTADE**
Dias Loureiro tem defendido que existia uma "má vontade" contra a sua pessoa por parte de vários accionistas de referência da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que o impediram de ser o número dois do grupo.



A assinatura de Dias Loureiro aparece na compra e venda da Biometrics

um sucesso muito reduzido.

Dias Loureiro reafirmou perante a Comissão Parlamentar de Investigação ao BPN que o presidente do banco, Oliveira e Costa, tinha a intenção de agrupar todas as participações em empresas tecnológicas numa holding, que seria cotada em Bolsa, o que acabou por não se concretizar.

Neste momento a SLN tem à venda todas as participações em empresas tecnológicas, tendo já alienado a participação de 51 por cento que detinha na I2S - Informática - Sistemas e Serviços S.A. A venda foi

realizada à equipa de gestão da I2S, que já detinha 49 por cento do capital da empresa.

Outra das companhias que se encontra à venda é a Datacomp. Fundada em 1987, esta empresa tem como o seu maior activo em carteira o Projecto SIRESP, que integra os contratos de concepção, desenvolvimento e implementação do Sistema de Informação e

Software Aplicacional e Serviços de Gestão, Manutenção e Actualização Tecnológica do Sistema de Informação, um contrato que foi assinado em Junho de 2006. ■

O grande activo da Datacom é a gestão do SIRESP



NEGÓCIOS

Ordens no BPN vinham do topo da hierarquia

➔ O ex-director de operações do Banco Português de Negócios (BPN) Ricardo Pinheiro confirmou, à agência Lusa, ter ordenado as operações sobre o Banco Insular desde 2002. Mas ressalvou que a ordem vinha da "hierarquia". Garante ainda ter avisado alguns acionistas de referência da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), em inícios de 2007, sobre operações em offshores não relevadas nas contas. E assegura que eles sabiam do banco nessa altura.

O ex-director acrescentou que "assumiu como um facto" que o banco de Cabo Verde pertencia ao universo BPN/Sociedade Lusa de Negócios (SLN), "adquirido no pacote de compra da FINCOR".

Na passada terça-feira, numa audição na comissão parlamentar de inquérito ao BPN, António José Duarte - entre 1999 e 2006 exerceu

funções como administrativo na direcção de operações - afirmou que "houve várias centenas de movimentos entre o BPN e o Insular entre 2002 e 2009".

Manuel Dias Loureiro, então acionista da SLN e administrador executivo do grupo detentor do BPN, garantiu, no início deste ano, que tinha informado o ex-vice governador do Banco de Portugal dos problemas de gestão do BPN. António Marta negou. Ficou no ar a ideia de que um dos dois estaria a mentir. Ontem, o actual conselheiro de Estado foi confrontado pelo semanário "Expresso" com uma assinatura que prova que, em 2001-02, teve influência no caso complexo da aquisição de duas empresas-fantasma no ramo da tecnologia em Porto Rico. A aquisição nunca apareceu reflectida na contabilidade. "Posso ter assinado", respondeu. ■



BANCA

Carlos Rodrigues Presidente do BIG

“Auditores e agências de rating têm de ser supervisionados”

Quando a crise acabar, o sistema financeiro tem de estar mais robusto, considera o presidente do Banco de Investimento Global (BIG), Carlos Rodrigues.

■ **Alguma vez imaginou que a crise atingisse estas dimensões?**
 ■ Quando em Março as autoridades americanas evitaram, de um dia para o outro, o colapso do Bear Stearns, através da sua integração no JP Morgan, com o apadrinhamento e garantias estatais, fiquei convencido de que se ia conseguir evitar uma crise sistémica. Infelizmente, no dia 15 de Setembro, as mesmas pessoas que salvaram o Bear Stearns decidiram fazer o contrário em relação ao Lehman Brothers, abrindo uma caixa de Pandora cujos efeitos estamos neste momento a sentir.

■ **Foi um erro deixar cair o Lehman Brothers?**
 ■ Foi um erro clamoroso. A virulência e a velocidade com que a falta de confiança no sistema financeiro se transmitiu ao resto da economia chocou-me.

■ **Há no entanto quem considere que, para moralizar o sistema, se deveria deixar cair as instituições que assumiram riscos excessivos.**

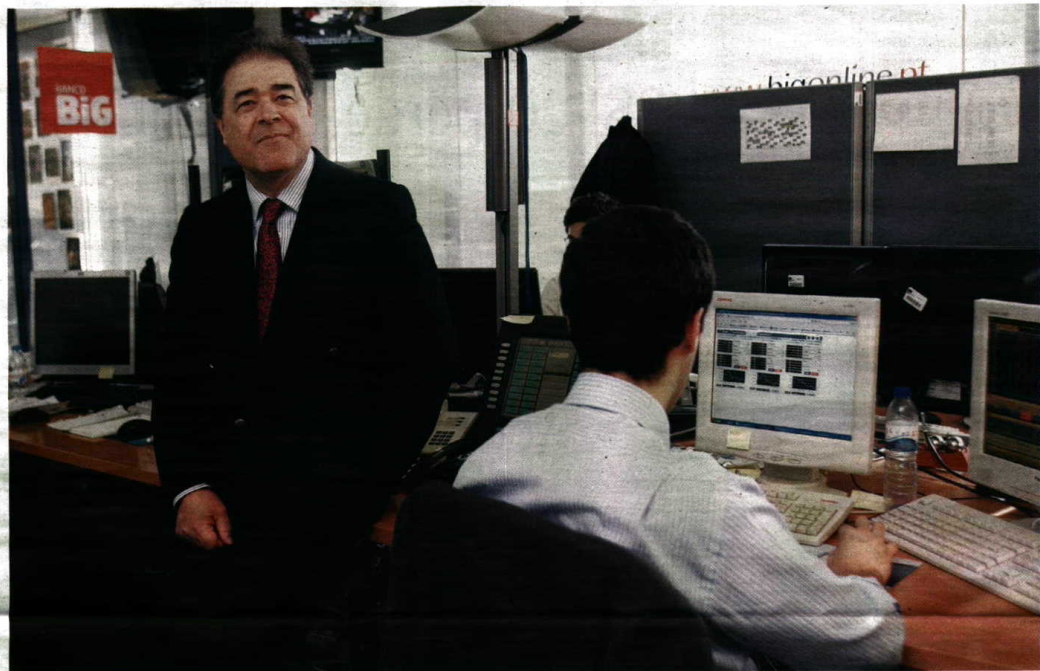
■ **Os reguladores têm outras formas de moralizar o sistema, nomeadamente despedindo administrações e assumindo eles próprios a gestão. A alternativa de deixar colapsar um banco com presença mundial foi a pior de todas.**

■ **Apercebeu-se na altura da situação grave que ia resultar do colapso do Lehman Brothers?**

■ Sim. Não só porque tenho um filho que acabara de entrar no banco — e que felizmente conseguiu manter o emprego — o que me permitiu acompanhar muito de perto a situação, mas também porque o Lehman Brothers era um dos três maiores bancos de investimento a nível mundial e era um exemplo de excelência. Mas estava longe de imaginar a velocidade com que a falta de confiança se ia transmitir à economia. Enquanto não for reposta alguma normalidade no sistema financeiro, a recuperação do resto da economia será muito mais difícil. E é preciso ver se as novas exigências dos rácios de capital — o Tier 1 passar dos 6% para os 8% — resolverão o problema. Estou convencido de que no futuro o rácio terá de estar entre os 12% e os 15%.

■ **Mas há banqueiros que consideram que esta imposição de aumentar os rácios para 8% é desajustada da realidade portuguesa porque os nossos bancos quase não tiveram exposição aos chamados activos tóxicos.**

■ Nós não conseguiremos ser uma excepção no actual contexto europeu. Se tivérmos que a pedir vai custar-nos caríssimo. Por outro lado, é irritante olhar para as notações de risco, para os ratings, e ter de acreditar naquilo. Todos fizemos erros mas não tenho visto actos de contrição nem intenções de mudar o tipo de registo e análise que tão maus resultados tiveram. Há três anos a AIG tinha um rating de AAA, em Setembro era AA- e de um momento para o outro entrou em colapso. É absolutamente essencial que as em-



Velocidade e virulência com que a crise de confiança se espalhou foi surpreendente, considera Carlos Rodrigues, presidente do BIG FOTO JOSÉ VENTURA

presas de rating e os auditores sejam também eles regulados e supervisionados. Os governos devem impor sistemas de regulação e supervisão sobre quem estava a ter grande parte da responsabilidade pela supervisão e que não respondia a ninguém.

■ **A supervisão falhou? Em Portugal tem havido muitas críticas.**
 ■ Crítica-se tanto a supervisão que até se esquece quem cometeu as irregularidades. Nos mercados financeiros mais sofisticados houve muitos problemas que não foram detectados. Olhe-se para a situação da Inglaterra, por exemplo, onde tem havido nacionalizações, ou os Estados Unidos.

■ **Já vimos o pior no sistema financeiro?**

■ Não sei. Pensava que, quando o Bear Stearns foi salvo, já tínhamos visto o pior, pois foi dada uma mensagem clara e rápida de que não se ia permitir que uma instituição com este peso entrasse em colapso. Seis meses depois foi feito exactamente o contrário com o Lehman Brothers. Nós não podemos prever nem a estupidéz nem a inteligência da acção humana...

■ **Concorda com a nacionalização do BPN e com a intervenção no BPP?**

■ Não tenho dados sobre esses casos. Direi apenas que na nacionalização do BPN houve uma parte positiva: foi uma acção rápida, fulgurante, feita com transparência, concorde-se com ela ou não.

■ **Quando esta crise terminar, como é que vai estar o sector financeiro?**

■ Noutros países tem havido um certo ensaio de consolidação à volta das instituições que revelaram ser mais capazes de resistir à crise, sem necessidade de qualquer apoio estatal, ou daquelas que, tendo tido necessidade de apoios — o que é perfeitamente legítimo e justificável, tendo em conta a virulência da crise —, mostraram melhor capacidade prudencial

e do ponto de vista da gestão.

■ **O Estado deveria incentivar a consolidação entre bancos?**

■ Nos casos em que o apoio é significativo, o Estado tem o direito de impor determinadas mudanças que impeçam que a situação se repita. Não estou a dizer que force consolidações, porque isso é do foro dos accionistas, mas que force determinadas regras a nível de gestão. Se o mundo mudou, nós temos de mudar com ele. Tem de haver consequências a nível da reformatação do sistema. No fim da crise, o sistema tem de estar mais robusto.

■ **As instituições que são apoiadas não ficam depois numa situação de vantagem em relação às que não foram?**

■ Pode haver uma distorção da concorrência. Quem arriscou e ganhou 30 ou 40 vezes mais do que quem, conscientemente, não quis tomar riscos excessivos sai prejudicado.

■ **Preocupa-o a ideia que hoje se tem dos banqueiros?**

■ Hoje, de facto, quando olham para esta profissão, para este sector, as pessoas vêem algo nebuloso. Ando aqui há 32 anos e não me agrada que por causa de dois ou três casos todo o sistema fique sob suspeita.

PEDRO LIMA
 plima@expresso.impresa.pt

Rácio ‘disparatado’ acima de 30%

O Banco de Investimento Global (BIG) faz 10 anos no próximo mês. Se o seu presidente pudesse voltar atrás, havia algo que fizesse de diferente? “A abertura das agências teria sido feita antes, em vez de há três anos, por exemplo”, afirma Carlos Rodrigues.

O banco surgiu numa altura de plena euforia em torno das empresas de tecnologias, mas um ano depois, em Abril de 2000, “rebentou a bolha”, o que constituiu um teste à resistência do primeiro banco a operar exclusivamente pela Internet, passado com distinção. Hoje o banco tem uma pequena rede de agências bancárias e mantém a intenção de abrir mais, um projecto que, fruto da crise, está “em fase de desaceleração”. “Vamos continuar a abrir agências, mas seremos ainda

mais selectivos. A ideia é estar em zonas centrais onde as pessoas possam ir sempre que não consigam resolver os seus assuntos pelos meios electrónicos ou pelo telefone”, afirma o presidente do banco. Outra das ideias em suspenso diz respeito à concessão de crédito automóvel e hipotecário. “A base de depósitos no retalho não tem sido um factor de estabilidade importante. Deu-nos uma liquidez fantástica”.

Em Dezembro de 2006 Carlos Rodrigues dizia ao Expresso que tinha chegado à conclusão de que não valia a pena insistir na consolidação. “É claro que se surgir uma oportunidade conversaremos mas não vamos ser nós a tomar a iniciativa, pois não temos todo o tempo do mundo”. Hoje repete a deixa de que o BIG está sempre interessado e

disponível para falar sobre todos os assuntos. “Com grande serenidade”, acrescenta. “Não estamos a falar debaixo de qualquer nervosismo porque infelizmente há menos negócio do que gostaria mas felizmente há bastante capital e liquidez”.

O banco não se candidatou à compra de nenhum activo do BPN, nacionalizado no início de Novembro, e que espera uma decisão do Governo sobre o seu futuro, que pode passar pela sua venda. “Como agora se trata de um banco público, esperamos que se houver uma decisão de venda toda a gente tenha oportunidade para analisar os activos”.

O momento é complexo mas há oportunidades de compra que podem surgir. “Se houver oportunidades de comprar alguma coisa que nos interesse, analisaremos. Sabemos que pode-

mos recorrer aos accionistas se for uma coisa maior”.

Um factor de distinção do BIG é o seu elevadíssimo rácio de capital Tier 1. “No final de 2008 teremos ficado acima de 30%, o que é obviamente um disparate. Mas temos, sempre em conta que os activos que estão no balanço do BIG não pertencem aos accionistas mas a terceiros, que têm de ter um nível de confiança muito grande”, afirma. “Gostei sempre de gerir com rácios de capital muito altos porque tenho uma noção prudencial e de dever em relação às pessoas que nos confiam os seus activos”, afirma.

Em jeito de conclusão, refere que está “satisfeito com o modelo mas não com o crescimento. Isso tem que ver com o facto de as minhas prioridades serem segurança, solidez, sustentabilidade”.

DISCURSO DIRECTO

LEHMAN BROTHERS

“Foi um erro clamoroso deixar cair o Lehman Brothers. A desconfiança multiplicou-se por todo o sistema financeiro”

BPN

“A nacionalização do BPN teve uma parte positiva: foi uma acção rápida, fulgurante, feita com transparência”



COMISSÃO DE INQUÉRITO

Muitas pontas soltas no BPN

É cada vez mais evidente que houve **responsabilidades partilhadas** na gestão danosa do banco

Não há hoje dúvidas quanto à situação que conduziu à decadência do BPN: uma gestão dolosa.

Imparidades que ascendem a €1,8 mil milhões porque agregaram operações virtuais que não foram contabilizadas nas contas do banco nem nas do seu accionista, a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), créditos concedidos pelo BPN que na sua esmagadora maioria são irrecuperáveis e sobreavaliação de imóveis. Situações detectadas pela auditoria da Deloitte que passou a pente fino a situação do grupo.

Esta semana ficou a saber-se que o Banco de Portugal (BdP) se prepara para chamar a antiga auditora do BPN, a BDO. O supervisor bancário quer saber por que razão a auditoria da Deloitte apurou perdas de €1,8 mil milhões no BPN — uma informação assumida pelo vice-presidente do BPN, Norberto Rosa, à comissão parlamentar — e os antigos auditores não as detectaram. Isto apesar de o BdP assumir que existe uma proporção grande de operações que não podiam ser detectadas, por terem sido escondidas durante os mandatos de Oliveira Costa, que continua em prisão preventiva, acusado de vários crimes, desde fraude fiscal a burla qualificada e branqueamento de capitais.

Uma opinião partilhada por Francisco Bandeira, presidente do BPN, ao afirmar aos deputados que “cabe aos conselhos de

IMPUGNAÇÃO CONTESTADA

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN) contestou a acção de impugnação da Assembleia Geral que deliberou a anulação da primeira fase do aumento de capital do grupo. A SLN justifica a anulação do aumento de capital dada a alteração do perímetro do grupo após a nacionalização do BPN. Do lado do accionista que avançou com a impugnação, Aprígio Santos (presidente da Naval 1º de Maio), o facto de os accionistas que correram ao aumento de capital, entre os quais a SLN Valor, ganharem o estatuto de credores com esta anulação, coloca todos os outros em desvantagem em caso de insolvência da SLN.

administração, revisores oficiais e auditores fazer chegar informações ao supervisor”. Bandeira defende que o BPN deve ser devolvido ao mercado e que este pode ser “um bom negócio”.

Norberto Rosa assume que “o BPN estava numa situação de falência técnica e por isso as perdas são inevitáveis”. Embora não adiante números, admite que podem ser minoradas.

António José Duarte, adminis-

trativo da direcção de operações do BPN desde 1999 e assessor da administração do banco desde 2006, diz que não existe nenhum balcão virtual: “A única virtualidade é a não consolidação destas operações lançadas no Banco Insular (BI), da mesma forma que eram lançadas no BPN IFI, em Cabo Verde ou no BPN Cayman, nas contas do BPN.”

Revela que existiram centenas de operações entre o BPN e o BI desde 2002, e que recebeu instruções de Oliveira Costa e Francisco Sanches (administrador) e dos seus directores e subdirectores de Operações, António Franco (desde 2006 administrador do BPN) e Ricardo Pinheiro, para lançar operações sobre o Insular. Além disso, afirma, muita gente tinha conhecimento da situação do Insular e “estas operações eram feitas no pressuposto de que este banco era do grupo”, já que de outra forma “não podiam ser feitas”. Revela que “todas têm registo informático” e que este “fica disponível para qualquer consulta interna ou externa”. Por sua vez, Jorge Vieira Jordão, ex-administrador da SLN Novas Tecnologias, no seu testemunho centrou-se nos pareceres negativos que emitiu sobre a compra da Biometrics, empresa de Porto Rico, um negócio que desde o início considerou “de elevado risco”.

ISABEL VICENTE

ivicente@expresso.imprensa.pt



“À supervisão não chegou a informação que devia. Cabe às administrações e auditores fazer chegar essa informação”

Francisco Bandeira,
presidente do BPN



“Não há condições de o BPN funcionar por si só. O plano de Cadilhe era inviável. Não resolvia a situação da liquidez”

Norberto Rosa,
vice-presidente do BPN



“Houve algo de gritante que me levou a chumar o negócio de Porto Rico. O projecto era visto com muita paixão”

Jorge Vieira Jordão, administrador
da SLN Novas Tecnologias



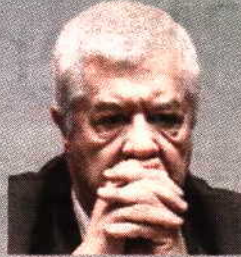
“As operações lançadas no Banco Insular têm registo. A única coisa que é virtual é a não consolidação dessas operações no BPN”

António José Duarte, assessor
da administração do BPN



Governo ainda **sem solução** quanto ao futuro do BPN

O Governo ainda não tomou nenhuma decisão sobre o Banco Português de Negócios (BPN), continuando a analisar os vários cenários apresentados pela administração, adiantou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos (na foto). Em cima da mesa continuam as sugestões apresentadas por Francisco Bandeira: venda do banco, integração na Caixa Geral de Depósitos ou manutenção do banco na esfera pública até que esteja recuperado. Ouvido esta semana no Parlamento, quando se soube também que o 'buraco' no BPN já ascende a 1,8 mil milhões, o administrador adiantou que já existem compradores potenciais para o banco.





Negócio ruinoso do BPN Documentos mostram que Dias Loureiro assinou tudo

Porto Rico: Dias Loureiro esteve sempre presente

Manuel Dias Loureiro não se limitou a ser intermediário no negócio de duas tecnológicas-fantasma de Porto Rico. O actual conselheiro de Estado esteve sempre presente, desde o início, em meados de Agosto de 2001, até à desvinculação do projecto, em Julho de 2002.

Dias Loureiro assinou o contrato de promessa de compra e venda em Novembro de 2001 com José Oliveira Costa, como confirmou ao Expresso, e a desvinculação ao negócio em Julho de 2002 do qual constaram as assinaturas de Dias Loureiro e Hector Hoyos, accionista das sociedades. O Expresso tem na sua posse os documentos que comprovam as transacções e quem as assinou.

O negócio é complexo e implicou triangulações feitas no mesmo dia. Começa a 30 de Novembro de 2001 com a compra de 25% da Biometrics Imagineering Inc. por parte da Sociedade Lusa de Negócios (SLN). O negócio implica o pagamento de cerca de 31 milhões de dólares.

Na mesma data, a SLN compra 2626 acções do veículo Excellence Assets Fund Limited à sociedade La Granjilla Corporation por 21 milhões de dólares. Por último, é precisamente na mes-

ma data que a SLN vende a sua posição na Biometrics ao Excellence Assets Fund Limited, denominado actualmente por BPN CLIP Multi-Strategy e com sede no Luxemburgo, assumindo este o pagamento dos 31 milhões de dólares da Biometrics. Este contrato também é assinado por Dias Loureiro e José Oliveira Costa.

A aquisição das duas tecnológicas em Porto Rico, a Biometrics e a Novatech, foi feita por sugestão de Dias Loureiro, através de contactos que tinha em Madrid com o empresário porto-riquenho Hector Hoyos, dono de 25% da Biometrics Imagineering.

Ao Expresso Dias Loureiro afirma que como já explicou na comissão parlamentar de inquérito à supervisão e nacionalização do BPN "aproximou as pessoas intervenientes no negócio de Porto Rico" e assinou "um memorando sobre a compra da Biometrics". Depois disso afirma "não assinei mais nada".

Confrontado com o facto de ter a sua assinatura noutros documentos, nomeadamente no que termina o contrato, diz: "posso ter assinado. Fui eu que tratei disso para reduzir o prejuízo da SLN". Este facto foi adiantado esta semana por Jorge Vieira Jordão, ex-administrador da SLN Novas Tecnologias, que sucedeu a Dias Loureiro.

Vieira Jordão, que chegou ao grupo BPN em Agosto de 2001 e saiu em Dezembro de 2004, afirmou na comissão parlamentar: "quando cheguei já havia

uma promessa de concretização do negócio que só foi efectivado em Outubro", referindo também que "o negócio era de elevado risco". Por isso emitiu pareceres desfavoráveis (ver caixa).

Depois de concretizada a transacção, em 2001, Dias Loureiro teve de convencer os sócios de Porto Rico, no ano seguinte, a abdicarem das cláusulas estabelecidas para que as perdas para a SLN se limitassem a 38 milhões de dólares e não a 71 milhões, o montante acordado para a compra das duas empresas. "Acabou-se com a empresa e evitou-se que os prejuízos fossem mai-

res". Até porque como referiu ao Expresso "havia a obrigação da SLN pagar quatro tranches de 5,2 milhões de dólares durante dois ou três anos à Biometrics. E isso foi estancado".

Mas a verdade é que nem a Biometrics nem a Novatech tinham activos tangíveis, além do escritório alugado em San Juan de Porto Rico, que fechou poucos meses depois.

O actual conselheiro de Estado fez questão de sublinhar que "nunca passou um cheque e que não sabe de que forma foi pago o negócio". Recorda mais uma vez que "em Abril de 2002

começaram os problemas a que deu um fim em Julho de 2002, porque era preciso mais dinheiro para colocar a máquina da Biometrics a concorrer com as máquinas de Multibanco, e Oliveira Costa não quis". Nessa altura, a concordância de Vieira Jordão ajudou a colocar um ponto final.

Loureiro afirma que tendo tido conhecimento das reservas técnicas de Jordão promoveu uma reunião em Novembro de 2001, onde estiveram Oliveira Costa, Vieira Jordão, o próprio Dias Loureiro, responsáveis da Biometrics e dois professores universitários. "O negócio foi fechado depois de Vieira Jordão ultrapassar as objecções técnicas", diz.

Questionado sobre se este negócio está em alguma acta da SLN, Loureiro diz que deve estar. "O assunto foi a várias reuniões e foi muito discutido".

Em Março de 2002, Loureiro confrontou-se com o facto da compra não estar reflectida nas contas e, segundo afirma, "Oliveira Costa explicou que a participação estava parqueada num veículo à espera que fosse dada autorização para fazer uma fusão das empresas tecnológicas para se avançar para a Bolsa", O que nunca chegou a acontecer. E em 2002, os prejuízos com Porto Rico foram distribuídos por "mais de dez empresas da SLN, para diluir as perdas. Se fosse a Datacom ou uma outra empresa a assumir o prejuízo ia à falência".

"Gestão danosa em Porto Rico"

O antigo administrador da SLN Novas Tecnologias, Jorge Vieira Jordão, chegou ao grupo em Agosto de 2001 e foi imediatamente confrontado com a compra da Biometrics Imagineering em Porto Rico. A 23 desse mês emitiu um primeiro memorando. Jordão concluiu que "as soluções de software implementadas (...) não revelam qualquer vantagem competitiva sobre as localmente disponibilizadas pela empresa de software Softfinança, que tem sido a fornecedora de soluções para a rede SIBS e que a operação se reveste de um elevado risco". Na comissão parlamentar de inquérito ao BPN, Jordão afirmou desconfiar do plano da Biometrics porque este "referia uma facturação muito superior à real, sendo o diferencial de 8 milhões para 100 milhões de dólares", Já no documento que enviou a Oliveira Costa em Julho fez questão de dizer que "a desvinculação alcançada "comporta ainda riscos que não deviam ser negligenciados". Referia-se ao facto de o Excellence Assets Fund, detido pela SLN, manter a sua posição como accionista na Biometrics por mais dois anos, "ficando exposto a uma eventual gestão danosa da Biometrics, como falência fraudulenta".